

À
TELTEX TECNOLOGIA S.A.
A/C: Sr. Valmor Fernandes Rosa Filho
Av. Victor Barreto, 1496 - Centro
CEP 92010-000 - Canoas - RS
Fone: (51) 3922-00900
Correio eletrônico: daniela.soares@teltex.com.br

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO NF 2085-18
AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO POR
CÂMERAS DE VÍDEO E POSTOS DE CONTROLE DE RONDA PARA O PARQUE DA
PIRACEMA DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU, EM FOZ DO IGUAÇU-PR.

Assunto: Impugnação - Resposta - Procedência parcial

Prezado Senhor,

Inicialmente, cumpre esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (artigo III do Estatuto da ITAIPU, Anexo III do Tratado).

A ITAIPU possui procedimentos próprios para certames licitatórios que promove, disciplinados em sua Norma Geral de Licitação, aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica da binacional, constituído paritariamente por conselheiros brasileiros e paraguaios.

A Norma Geral de Licitação da ITAIPU disciplina os princípios básicos que regem as contratações da binacional nos seguintes termos:

*Art. 2º - Os princípios básicos que regem os processos e procedimentos disciplinados nesta Norma são os da **igualdade ou isonomia**, da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, da razoabilidade e proporcionalidade, da economicidade, da **competitividade**, da celeridade, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, da eficiência administrativa, bem como aqueles princípios que lhes são correlatos e, para as licitações prevalecerão, ademais, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.*

***Parágrafo único** - Todas as obras, serviços, compras, locações e alienações, contratadas pelas ITAIPU, salvo nos casos excepcionais previstos nesta Norma, serão precedidas de Licitação, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa para a Entidade e a promoção do desenvolvimento sustentável, respeitados os princípios básicos enunciados no caput deste artigo.*

Nesse contexto, depois de detida análise do conteúdo da impugnação apresentada por V.^{sa}, com o intuito de ampliar a competição, com fulcro no art. 2º da Norma Geral de Licitação, constatou-se que parte das alegações merece deferimento.

pen

Dito isso, passa-se à análise dos tópicos trazidos na impugnação apresentada, conforme descrito a seguir:

- I) No que se refere à alegação de eventual irregularidade em razão de vedação à participação de empresas em processo de recuperação judicial (item 2.2 da impugnação, fls. 2 a 8), a ITAIPU **julga improcedente**, pois, como visto acima, a ITAIPU é o produto da comunhão de vontades de dois Estados soberanos e possui regulamento próprio para a contratação de serviços e obras e aquisição de bens, por força do Tratado que a originou (art. XXVIII do Anexo A do Tratado).

Lembra-se novamente que o sistema jurídico licitatório ao qual está subordinada não está sujeito às normas internas das Altas Partes Contratantes, como já reconhecido em sede doutrinária e jurisprudencial.

Segundo dispõe o art. 6º, I, da Norma Geral de Licitação, aprovada pelo Conselho de Administração da binacional, por meio da Resolução RCA-033/12, de 26/10/12:

Art. 6º - Não poderão participar das licitações, celebrar convênios, nem contratar com a ITAIPU:

I. pessoas físicas ou jurídicas sob regime de quebra ou de insolvência civil, ou em recuperação judicial ou extrajudicial; (...). (destaque nosso).

Igualmente, a fim de que reste demonstrada a qualificação econômico-financeira da empresa, exigida para obtenção do registro no cadastro da ITAIPU na modalidade completo (subitem 1.4.2, "a", do Caderno de Bases e Condições), é imprescindível a apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

Desse modo, entende-se como hígida a previsão constante no subitem 2.13, "a", do Caderno de Bases e Condições do Pregão Eletrônico NF 2085-18, para a *"aquisição e implantação de Sistemas de Monitoramento por Câmeras de Vídeo e Postos de Controle de Ronda para o Parque da Piracema da Usina Hidrelétrica de ITAIPU"*, uma vez que amparada nas normas que regem a ITAIPU Binacional.

- II) No que se refere à alegação de incongruência das Especificações Técnicas relativas aos quadros elétricos (item 3.1, fls. 8 e 9), a ITAIPU **julga improcedente**, pois ao referir-se às características técnicas dos quadros elétricos dos pontos de monitoramento, citam-se aspectos qualitativos do material "quadro elétrico" em uma solução customizada às características ambientais dos locais de instalação dos mesmos, levando-se em consideração fatores climáticos, faixa de temperatura e acessibilidade para manutenção.

O subitem 7.9.3 estabelece que:

Todos os quadros fornecidos, inclusive os montados em estruturas de alvenaria, deverão ser de alta qualidade e durabilidade, construídos em padrão para operação em ambientes externos e atender, no mínimo, às seguintes características técnicas:

por

- a) *Fabricação em material inoxidável em sua totalidade: chapas de parede, parafusos, dobradiças e acessórios expostos ao ambiente externo;*
- b) *Apresentar grau de proteção IP66 ou superior;*

Em seguida, nas alíneas “c” e “g”, apresentam-se as características de customização de montagem dos quadros ao ambiente de instalação:

- c) *Possuir recurso de aquecedor interno com termostato de temperatura variável, na faixa entre 15°C a 28°C ou superior. Em sua montagem, selecionar 20°C (vinte graus Celsius);*
- g) *Possuir recurso de ventilação forçada por ventiladores elétricos, dotado de orifícios com grade e dutos de entrada de ar e de saída de ar, ambos com filtros.*

Desse modo, esclarece-se que o requisito estabelecido pela letra “c” é interno e não altera as propriedades de vedação do quadro. Já o requisito estabelecido pela letra “g” torna-se necessário devido às condições climáticas dos locais de instalação, cuja montagem adequada não prejudicará as características de vedação do quadro principal no que diz respeito às borrachas de selamento da tampa frontal e tampas de acesso dos cabos.

- III) No que se refere à alegação de que os switches possuem especificações que não condizem de prover conectividade para câmeras e dispositivos da camada de acesso (subitem 3.2, fls. 9 e 10), a ITAIPU **julga improcedente**, pois as características técnicas exigidas para o equipamento, detalhado no subitem 7.4 das Especificações Técnicas, referem-se aos equipamentos propostos a operar nas camadas 2 e 3, figurando papel de roteamento dos pacotes oriundo das câmeras e do servidor de vídeo (VMS). Diferente do entendimento da impugnante, os switches dedicados ao acesso às câmeras padrão IP estão especificados no subitem 7.5 do Anexo I do CBC.
- IV) No que se refere à alegação de que as características das câmeras “*speed dome*” podem ser restritivas (subitem 3.3, fls. 10 a 12), a ITAIPU **julga parcialmente procedente**, motivo pelo qual irá alterar, por meio de aditamento, a redação das letras “h” e “r” do subitem 7.2 das Especificações Técnicas, Anexo I do CBC, de forma a possibilitar a ampliação de participação na licitação. A redação da letra “k” mantém-se inalterada, pois a exigência analisada de forma isolada ou em conjunto com a nova redação das exigências das letras “h” e “r” não compromete a competição.
- V) No que se refere à alegação de falta de clareza a respeito do lançamento de cabos ópticos e elétricos, especialmente pela inexistência de layout e/ou uma topologia de rede que deixasse de forma detalhada os pontos de distribuição de rede (subitem 3.4, fl. 12), a ITAIPU **julga improcedente**, pois caberá à CONTRATADA o seu lançamento nas melhores rotas respeitando os elementos presentes sobre e sob o solo como vegetações e rochas, além da presença de estradas e edificações. Nestes casos, as Especificações Técnicas orientam os detalhes quanto ao tipo de encaminhamento e define a extensão dos mesmos em valores suficientes para a conexão dos pontos apresentados no Anexo I.

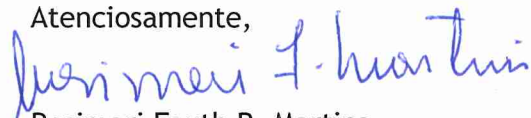
pan

- VI) No que se refere à alegação de incompatibilidade de preços fixados no Orçamento Estimado Anexo II do CBC (item 3.6, fls. 12 a 13), a ITAIPU **julga improcedente**, vez que os valores de referência foram obtidos de empresas que atuam nesse segmento de mercado.

Diante do acima exposto, para o fim de ampliar a competição, com fundamento no art. 2º da NGL, a ITAIPU informa que as alterações decorrentes da parcial procedência da impugnação apresentada serão objeto de aditamento a ser publicado, com a devolução integral dos prazos da licitação.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail comprasfoz@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,



Rosimeri Fauth R. Martins
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____